

KANT E O TESTE DE VACINAS EXPERIMENTAIS EM SERES HUMANOS

KANT AND THE EXPERIMENTAL VACCINE TEST ON HUMAN BEINGS

MARIA DE LOURDES BORGES¹
(UFSC/Brasil)

RESUMO

Neste artigo, analisarei a posição kantiana sobre a vacinação da varíola e discutirei as questões morais relativas aos testes de vacinas em seres humanos. A vacinação da varíola na época de Kant foi uma nova forma de combater a doença que matou milhares de pessoas na Europa. Como sua segurança não foi comprovada definitivamente, pode-se considerá-la uma vacina experimental. Kant se pergunta se se deve tomar a vacina ou não. Kant não dá uma resposta definitiva à pergunta, mas se refere a ela na *Metafísica dos Costumes* (MS, AA 6:424). A partir do exemplo de Kant, tentarei formular as questões morais envolvidas no teste de vacinas experimentais em seres humanos. Vou tentar responder às perguntas: Quando uma vacina experimental deve ser testada em seres humanos? Existe o dever de tomar uma vacina experimental para ajudar a humanidade? E o último- mas não menos importante: é moralmente aceitável o pagamento para pessoas que se submetem a tomar medicação ou vacina experimentais? Tentarei responder a essas questões a partir da teoria moral kantiana.

Palavras-chave: Vacina; Experiência; Virtude; Testes de desafio humano.

ABSTRACT

In this article I will analyze Kantian position on vaccination of smallpox and discuss the moral issues regarding the testing of vaccines in human beings. The vaccination of smallpox at the time of Kant was a new way to fight the disease that killed thousands of people in Europe. Since its safety was not definitive proved, one can consider it an experimental vaccine. Kant asks himself if one should take the vaccine or not. Kant does not give a definite answer to the question but refers to it in the *Metaphysical of Morals* (MS, AA 6:424) From Kant's example I will try to formulate the moral questions involved in testing experimental vaccines in human beings. I will try to answer the questions: When an experimental vaccine should be tested in human beings? And the last- but not least-question: is it moral to pay people to be submitted to vaccine research? I will try to give an answer to these questions from a Kant moral point of view.

Key-words: Vaccine; Experience; Virtue; Challenge studies.

Introdução

Kant abordará o exemplo da vacina da Varíola nas questões casuísticas referentes ao suicídio. A discussão sobre o suicídio, condenado por Kant, encontra-se no primeiro capítulo do primeiro livro da *Doutrina da Virtude*.

Temos dois fins que são também deveres de virtude: a nossa própria perfeição e a felicidade alheia. Ainda que possa parecer contraditório, o ser humano tem deveres em relação a si mesmo.

Quando um ser humano é consciente de um dever para si mesmo, ele vê a si mesmo, como um sujeito de um dever, sob dois atributos: primeiro como um ser sensível, isto é, como ser humano (um membro de uma das espécies animais, e segundo como um ser inteligível (não meramente como um ser que possui razão, pois a razão como atividade teórica pode ser um atributo de um ser corpóreo vivo). (MS, AA 6: 419).

A busca da nossa própria perfeição não se resume à perfeição moral, mas também se refere à nossa preservação como eu físico. Os deveres do ser humano em relação a si mesmo se dividem de acordo com a forma como ele se vê: se como um animal natural e um ser moral, ou apenas como um ser moral. A primeira subdivisão do Livro I (Deveres perfeitos em relação a si) é o capítulo I, intitulado O dever do homem em relação a si mesmo como um ser animal.

No § 5, no início deste capítulo, Kant nos explica que o primeiro dever do homem em relação a si é a autoconservação de sua natureza animal, ou seja, sua conservação física.

O que seria contrário a esse dever? “A morte física voluntária”, responde Kant, que, por sua vez, “pode ser pensada como total ou como meramente parcial” (MS, AA 6: 421). A aniquilação do seu ser empírico pode ser total, como no suicídio, ou parcial, como amputação ou mutilação. No parágrafo 6, Kant se refere ao suicídio, condenando-o como um crime, ainda que possa ser contraditório pensar num crime cometido contra a nossa própria pessoa. Ele condena o estoico que utiliza o suicídio como uma forma de afastar-se da vida com uma alma tranquila. Ele considera que a coragem deveria ser usada como mais um motivo para não destruir a si.

Nas questões casuísticas, que são casos polêmicos, Kant se refere a casos limites, onde não é claro se deve ser considerado ou não aniquilação ou suicídio. Tal é caso do homem que recorre ao suicídio para escapar a uma injusta condenação à morte, como o suicídio de Seneca, ou daquele que contrai raiva, sabe que vai morrer e não quer contaminar outras pessoas.

Curiosamente, Kant traz aqui a questão da vacina da varíola, que podemos considerar como experimental na época em questão:

Qualquer pessoa que decida ser vacinada contra a varíola coloca a sua vida em perigo, mesmo que o faça para preservar a sua vida; e, na medida em que ele próprio provoca a doença que põe em perigo a sua vida, encontra-se numa situação muito mais duvidosa, no que diz respeito à lei do dever, do que o marinheiro, que pelo menos não desperta a tempestade a que se confia. A inoculação da varíola é, então, permitida? (MS 6: 424)

A discussão aqui teria pros e contra, não havendo uma conclusão se se trata ou não de um dever moral. Minha posição é que Kant nos mostra uma possibilidade de aceitar a vacina, mesmo que fosse algo experimental na época, ao colocá-lo junto a casos polêmicos. Ainda que ele diga que esse caso é mais problemático do que o marinheiro que se expõe à tempestade, ao mesmo tempo parece que é o mais distante de um suicídio do que os outros casos elencados inicialmente nas questões casuísticas.

Kant não está perguntando diretamente pela eficácia da vacina, mas pelo dever moral de tomar ou evitar a vacina, visto que esse era um procedimento inovador para tratar doenças. Ainda que não fosse médico, ele era perguntado pela moralidade em tomar ou recusar a vacina contra a varíola, conforme atesta a carta do Conde Fabian Emil zu Dohna:

Venerável senhor, só a importância da pergunta para o meu coração me dá coragem para lhe pedir uma resposta. Tenho uma noiva com quem sou muito amigo e espero ter um relacionamento amoroso, que ainda não teve varíola. Um incidente em nossa família em que uma jovem de dezenove anos contraiu varíola e morreu sem socorro, que é frequentemente relatado, fez minha noiva decidir se vacinar contra varíola, em antecipação ao meu desejo fervoroso. Agora estou lendo sua Doutrina da Virtude, que se tornou meu manual desde que conheci seu sistema em 1797 em um *privatissimus* com o professor Beck em Halle. E agora noto particularmente hoje a passagem sob as questões casuísticas onde você fala sobre inoculação da varíola. Considero-o lícito, pois arrisco a vida ao expô-la a algo mais incerto, se a deixar ser infectada por um veneno mais maligno, em momento mais perigoso e despreparado. Solicito que me informe o quanto antes o que diz a lei (moral). Talvez a inoculação já tenha ocorrido quando sua resposta chegar, mas não poupe, quero saber se me enganei, mas tentarei adiar o máximo possível (Br, AA 12: 314)

O Conde relata na sua carta o desejo de sua noiva de tomar a vacina e pergunta a Kant o que ele realmente quis dizer com seu comentário a esse respeito na Doutrina da Virtude. Devemos lembrar que a vacina era uma

novidade médica bastante recente na época e a vacinação contra doenças virais ainda estava na sua infância na época de Kant. A febre da varíola assolava a Europa naquele final do século XVIII e a estratégia vacinal foi descoberta a partir da constatação que as mulheres leiteiras (*milkmaids*) eram imunes à varíola bovina (*cowpox*), causada pelo vírus *vaccinia*. O médico britânico Edward Jenner havia desenvolvido um método de prevenção da doença, inoculando a população com varíola bovina, para imunizar contra a variante humana da varíola, extremamente perigosa. Foi utilizado o vírus *vaccinia* da varíola bovina, menos letal, nas vacinas contra a varíola, ao invés de inocular o vírus da varíola.

Kant estava familiarizado com esse método, através de Willian Motherby, que morava perto de Kant e que havia trazido a vacina contra a varíola da Inglaterra. A reserva de Kant em relação à vacina se devia mais ao estágio de desenvolvimento da mesma do que a questões morais.

A ideia de que se tratava de uma questão moral é desenvolvida por vários comentadores, entre eles Yvonne Unna e Werner Euler. Segundo Yvonne Unna (2003), a inoculação da vacina implicaria utilizar a pessoa como meio, para si e para os outros e não poderia ser considerada moral. Euler nos oferece uma resposta a meu ver mais adequada, que não haveria propriamente uma decisão de Kant quanto ao caráter moral, mas um cálculo:

Não há uma resposta explícita a questão sobre a vacina na Doutrina da Virtude de Kant, mas podemos concluir que Kant favoreceu a primeira alternativa, isto é, a inoculação é moral. Seu raciocínio para a resposta parece ser um tipo de cálculo: é mais provável salvar a vida de alguém permitindo a vacinação do que abstendo-se dela. Parece que, para Kant, a pergunta pela inoculação não viola a lei moral" (EULER, 2005, pp 228-227).

Deve-se ressaltar aqui a ideia de que não há uma resposta positiva ou negativa a questão, mas um cálculo, se seria mais arriscado tomar a vacina ou não. Deve-se ter em mente que se trata do início da vacina. Conforme nos lembra Delamar Dutra, esse início não apresentava a ausência de risco que temos hoje.

O risco de vacinação atual é praticamente zero, pois a vacinação é diferente da inoculação. Na inoculação, a pessoa é exposta ao próprio vírus. Já na vacinação não há exposição ao próprio vírus. Vale lembrar que o vírus da varíola dos bovinos é menos perigoso para os humanos do que o vírus da varíola humana. Sabe-se que *mutatis mutantes*, as vacinas seguiram essa estratégia ditada pelo vírus bovino, chegando hoje ao uso de partes do vírus ou mesmo mRNA, implicando risco baixíssimo. (DUTRA, 2022)

Nesse sentido, hoje o exemplo da vacina não faria mais parte das questões casuísticas relativas ao suicídio, mas, ao contrário, tomar vacina faria parte do dever de conservar sua própria vida. O que vimos em relação à pandemia do COVID-19 foi exatamente a prevenção massiva da doença através da utilização da vacina.

Vacinar-se seria, então, com a segurança que temos nas vacinas colocados à disposição para a população, um dever de virtude.

A experimentação

Ainda que datada historicamente, devido ao estágio da medicina na época, a pergunta de Kant pode ser um início de reflexão sobre pesquisas com vacinas ou com remédios experimentais.

É um dever nos submetermos ou não nos submetermos às vacinas experimentais? Atualmente, as vacinas só são liberadas se cumprem um protocolo de segurança. Então, a questão nos levaria à necessidade de pessoas fazerem parte da pesquisa sobre vacinas ou outras medicações experimentais que pudessem trazer um grande benefício para a humanidade e mesmo para a própria pessoa.

A dúvida kantiana recoloca-se na experimentação de remédios ou mesmo novas vacinas. É interessante analisar o artigo de Olivia Grimwade, Julian Savulescu e outros, intitulado "Payment in challenge studies: ethics, attitudes and new payments" (cf. Referências), no qual analisa os *challenge studies*/testes de desafio humano, que são conhecidos mais formalmente como CHIMs (*Controlled Human Infection model*/ Modelos de infecção humana controlada). Esse artigo foi escrito no início da pandemia de COVID-19, quando ainda se buscava uma vacina efetiva contra o vírus SARS-CoV-2.

O CHIM envolve a infecção de pacientes saudáveis com a doença que se quer tratar ou imunizar. "CHIMs (Modelos de infecção humana controlada) são utilizados nas pesquisas médicas por várias razões, principalmente para estudar causa de doenças, períodos de incubação, sintomatologia e, mais importante, para avançar o desenvolvimento de drogas e vacinas". (GRIMWADE, 2020, 815)

Eles se referem à pandemia de COVID19, onde o vírus SARs infectou milhares de casos e levou a morte dezenas de milhares de pessoas. Sabemos que a pandemia só foi estancada e teve fim devido às vacinas que estavam sendo testadas naquele momento e que foram aprovadas em final de 2020 para vacinação em massa. Essas vacinas salvaram milhões de pessoas da morte.

Contudo, ainda temos questões éticas relativas às CHIMs /Modelos de infecção humana controlada, porque se a doença é produzida em pacientes saudáveis, isso pareceria ir contra o princípio hipocrático de não causar nenhum mal a outrem. A experimentação de vacinas em estágio inicial também tem a sombra de alguns estudos antiéticos que foram desenvolvidos no passado. Um exemplo foi a infecção de crianças com deficiências mentais da Willombrook State School em New York nos anos 60, com o vírus da hepatite.

As CHIMs, todavia, levam a sério questões éticas como consentimento informado e nível de riscos aceitáveis pelos participantes. A avaliação precoce da vacina usando CHIMs apresenta inúmeras vantagens frente ao sistema de pesquisa tradicionais: menos custo, menor número de participantes e a diferenciação rápida entre as vacinas promissoras ou não, o que acelera a descoberta de uma vacina eficaz.

Apesar do risco inerente a qualquer procedimento experimental, “é importante notar que central para qualquer CHIM é um foco na minimização do risco dos participantes por meio de uma triagem rigorosa dos participantes, muitas vezes usando um ambiente de internação e empregando cepas alteradas e mais seguras de patógenos tratáveis”. (GRIMWADE, 2020, 815-816)

Com esses cuidados, os CHIMs são bem mais seguros para os participantes, sendo que até hoje, apenas 4 participantes experimentaram sérios efeitos adversos.

Uma questão bastante polêmica é o pagamento pela participação na pesquisa. Até onde podemos considerar que tal é coercitivo? Se não houvesse pagamento, não haveria uma dificuldade em encontrarmos voluntários para essas pesquisas urgentes?

O artigo se refere a uma pesquisa feita no Reino Unido onde foram entrevistados 2 grupos: um grupo de profissionais envolvidos em testes de desafio humano e outro grupo de pessoas representativas da sociedade. Foi perguntado a essas pessoas se concordariam com algum tipo de compensação. A maioria dos entrevistados concordou que deve haver um pagamento conforme o risco da experimentação. Entre os profissionais, questões foram levantadas em relação à autonomia dos pacientes, caso houvesse compensação financeira conforme o risco da experiência.

O artigo defende que não haveria dano ao livre consentimento pelo recebimento da compensação financeira e compara essa compensação com as que um trabalhador recebe quando realiza um trabalho de risco.

Voltando a Kant

Vimos que a discussão da vacina foi posta por Kant no capítulo da *Doutrina das Virtudes* referente ao dever de preservar sua própria vida. Como Kant defende que o suicídio seria contrário a esse dever de virtude, toda a argumentação das questões casuísticas se refere a indagação sobre se os casos apresentados colocam em risco a vida da pessoa em questão.

Como dissemos, visto que a vacinação hoje é colocada à disposição da população com poucos ou nenhum risco, certamente ela não seria questionada como uma possibilidade de suicídio. Pelo contrário, vacinar-se seria um dever, relacionado aos deveres do ser humano para consigo no sentido de preservar sua natureza animal.

Contudo, submeter-se a uma vacina experimental como parte de uma pesquisa, poderia causar danos físicos. A questão casuística passa a ser então: fazer parte de um estudo -ainda que controlado- que pudesse trazer danos sérios à sua saúde, poderia ser condenado moralmente? Poderia esse ato, por outro lado, ao ser considerado como uma expressão de altruísmo, tornar-se moral aos olhos kantianos?

Há em Kant um dever de virtude em relação a outrem, que se relaciona ao amor de benevolência. O dever de beneficência não é um dever perfeito, mas apresenta uma latitude, ou seja, cabe ao agente decidir o quanto ele irá fazer para ajudar o próximo. Esse dever não chega ao limite de ordenar que o agente arrisque a sua própria vida para salvar a vida de outrem. Nesse caso, entre a sua vida e a de outra pessoa, permanece a proibição moral do sacrifício de si, o que equivaleria a um suicídio. A objeção vem da confrontação entre dois deveres de virtude: dever de conservar sua própria vida versus dever de fazer o bem a outrem (dever de beneficência).

O dever de beneficência possui o que chamados de latitude, um espaço para decidir que ações poderiam cumprir esse dever. Por certo, ações beneficentes que coloquem em risco a vida do sujeito não seriam morais.

Nos experimentos controlados, o risco à vida do agente seria minimizado, deixando a participação longe do perigo de morte, logo não poderia ser considerada como um suicídio. A participação numa pesquisa que segue o *Modelo de infecção humana controlada*, desde que informada e consentida, poderia ser pensada como uma escolha do agente dentro da latitude do dever de beneficência, tendo então sua virtude admitida.

Uma outra questão relevante é o pagamento para a participação num experimento de teste de medicações ou vacinas. Se tal experiência fosse feita dentro de um Modelo de infecção humana controlada (CHIM) e se a decisão de participar e receber uma compensação fosse informada e consentida, não parece merecer uma objeção moral. Contudo, deve-se sempre indagar se essa decisão foi livre ou objeto de coerção indireta, o

que pode ser o caso quando o agente se encontra numa situação econômica muito desfavorável. Talvez essa pudesse ocupar o lugar de uma questão casuística.

Notas

¹ Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: 0000-0002-4606-7919.

Referências Bibliográficas

DUTRA, D. 2020, 2021, Os anos da peste. *LOGEION: Filosofia da informação*. Rio de Janeiro, v. 9, 2023, p. 105-121.

EULER, W. The art to keep healthy and to prolong human life. Is Kant's regimen a doctrine of duties to oneself? In: *Kant zwischen West und Ost. Zum Gedenken an Kants 200. Todestag und 280. Geburtstag*. Hrsg. Von Prof. Dr. Wladimir Bryuschinkin. Bd.2. Kaliningrad, 2005, pp. 228-227

GRIMWADE, O, et al. Payment in challenge studies: ethics, attitudes, and new payments. *Med Ethics*, 2020, 46: 815-826

KANT, I. *Briefe*. Kants gesammelte Schriften. (Königlich Preussische Akademie der Wissenschaften, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-)

KANT, I. *Metaphysik der Sitten*. Kants gesammelte Schriften. Band 6 (Königlich Preussische Akademie der Wissenschaften, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-)

UNNA, Y. Kant's Answers to the Casuistical Questions Concerning Self-disembodiment. *Kant-Studien*, v. 94, n.4, 2003, p. 454-473.

Received/Recebido: 07/02/2024
Approved/Aprovado: 08/02/2024